



**Cargo 2 - Analista Judiciário**  
**Área: Administrativa**



**Instruções Gerais**

**Prova B**

**Caro Candidato:**

Leia com atenção e cumpra rigorosamente as seguintes instruções. Elas são parte da prova e das normas que regem este Concurso Público.

1. O Caderno de Questões contém **60 questões objetivas** a serem respondidas e **uma Prova Discursiva** a ser desenvolvida. Recebido da fiscalização da sala, você deve conferi-lo, verificando se está completo. Caso contrário, deve solicitar a sua substituição.
2. As instruções para a Prova Discursiva estão na página 11.
3. O Caderno de Questões pode ser usado livremente para fazer rascunhos (cálculos, desenhos etc.), a fim de concluir pelas respostas às questões formuladas.
4. O tempo de duração desta prova é de **4 horas e 30 minutos (4h 30 min)**, incluída a leitura da instruções e o preenchimento do cartão de leitura óptica (cartão de respostas).
5. Não será permitida a saída definitiva do candidato da sala antes de transcorrida uma (1) hora do início da prova.
6. Cada questão oferece **5 alternativas de resposta representadas pelas letras a, b, c, d e e, sendo somente uma correspondente à resposta correta**.
7. Iniciada a prova, é vedado formular perguntas, pois o entendimento das questões é parte integrante da mesma.
8. Não é permitido comunicar-se com outro candidato ou socorrer-se de consultas a livros, anotações, agendas eletrônicas, gravadores, usar máquina calculadora, telefone celular e/ou similares ou qualquer instrumento receptor/transmissor de mensagens.
9. No **CARTÃO DE LEITURA ÓPTICA PERSONALIZADO (CARTÃO DE RESPOSTAS)**, você deve preencher totalmente apenas **uma alternativa (a, b, c, d, e) de cada questão, com caneta de ponta grossa azul ou preta, suficientemente pressionada**, conforme instrução contida no cartão.
10. Ao final da prova, você deve devolver à fiscalização da sala o **CARTÃO DE RESPOSTAS devidamente assinado**, sem amassá-lo ou dobrá-lo, **porquanto ele é insubstituível**. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até a entrega do Cartão de Respostas pelo último candidato.
11. **É importante que o candidato na devolução do seu Cartão de Respostas e de sua Folha de Prova Discursiva, ao final da sua prova, assine a listagem que atestará a entrega do mesmo.**
12. A questão não assinalada ou assinalada com mais de uma alternativa, emendada, rasurada, borrada, ou que vier com outra assinalação que não a prevista no item 9, **é nula**.
13. O Gabarito Preliminar da prova será divulgado no site [www.conesul.org](http://www.conesul.org) em até cinco dias úteis.

**BOA PROVA!**

# Conhecimentos Básicos

Este texto pode ser visto como um pequeno manual de trabalho para ativistas sociais, candidatos, advogados, juízes, promotores, cidadãos e cidadãos em geral.

Ele \_\_\_\_\_ informações preciosas sobre a breve história da Lei 9.840, que trouxe para o nosso Direito normas que permitem a cassação de candidatos envolvidos em atos de compra de votos e uso eleitoral da máquina administrativa.

Aos eleitores que tenham acesso a este trabalho aconselhamos que formem grupos para seu estudo. Uma dica seria ler cada capítulo coletivamente, cada um lendo um parágrafo, por exemplo, estabelecendo um debate a partir das perguntas contidas ao final de cada parte e de outras formuladas espontaneamente pelos participantes.

Para os candidatos, esse manual pode atuar como fonte de estímulo \_\_\_\_\_ campanhas desenvolvidas dentro de preceitos éticos e como alerta contra a prática da corrupção eleitoral. Mas também serve para ressaltar a importância de que suas assessorias sejam orientadas para o conhecimento dessa lei que tanto tem provocado cassações, muitas vezes por falta de compreensão do seu conteúdo. Além disso, pode chamar a atenção para a possibilidade de utilização de instrumentos legais aptos para fazer cessar atos de campanha de adversários que optem por infringir \_\_\_\_\_ legislação eleitoral.

Para juízes, promotores e advogados eleitorais este texto pode contribuir para que compreendam um pouco mais a origem e a vocação social, ética e cultural da Lei 9.840. Trata-se do nosso único instrumento legal verdadeiramente gestado “nas ruas”, fruto da inconformidade das amplas massas populares contra essa chaga que ainda acompanha o processo eleitoral: a compra de votos. Mas também indica que a sociedade está atenta e vigilante para que os casos de corrupção eleitoral chegados \_\_\_\_\_ Justiça não fiquem impunes.

Para a sociedade civil organizada, segue aqui um roteiro de como articular as redes de entidades e movimentos sociais denominadas COMITÊS 9.840, as quais podem influir e muito na construção de eleições cada vez mais limpas.

Se há uma mensagem principal neste trabalho, ela poderia ser resumida no lema do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral: “Voto não tem preço, tem consequências”. Aqui se procura fortalecer essa consciência, convocando a todos e todas para que assumamos dentro do limite das nossas atividades tudo que esteja a nosso alcance para que possamos superar formas tão aviltantes de mudança ilegítima do resultado dos pleitos eleitorais.

**Cartilha Cidadania e Eleições:** para um processo eleitoral limpo e justo. Publicação do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) – Lei 9.840.

1. Assinale a alternativa que completa **correta** e respectivamente as lacunas do texto.
  - a) contém – às – a – à
  - b) contem – às – a – a
  - c) contém – às – a – à
  - d) contém – às – à – à
  - e) contem – às – a – à
2. Pelas características que apresenta, o texto é
  - a) um relatório.
  - b) uma notícia.
  - c) a apresentação de uma publicação.
  - d) uma dissertação argumentativa.
  - e) uma descrição objetiva.
3. Assinale a alternativa em que a palavra destacada **não** seja um pronome relativo.
  - a) **que** trouxe para o nosso Direito normas (2º parágrafo)
  - b) **que** permitem a cassação de candidatos envolvidos em atos de compra de votos e uso eleitoral da máquina administrativa. (2º parágrafo)
  - c) **que** tenham acesso a este trabalho (3º parágrafo)
  - d) **que** formem grupos para seu estudo. (3º parágrafo)
  - e) **que** tanto tem provocado cassações. (4º parágrafo)
4. Se, no 2º período do 5º parágrafo, substituirmos “único instrumento” por “instrumentos”, quantas outras modificações serão necessárias no período para ajustes de concordância?
  - a) Três.
  - b) Cinco.
  - c) Seis.
  - d) Sete.
  - e) Oito.
5. Assinale a alternativa em que **não** haja uma oração reduzida de infinitivo.
  - a) “Este texto pode ser visto como um pequeno manual de trabalho para ativistas sociais, candidatos, advogados, juízes, promotores, cidadãos e cidadãos em geral.”
  - b) “Uma dica seria ler cada capítulo coletivamente”
  - c) “para ressaltar a importância de que suas assessorias sejam orientadas para o conhecimento dessa lei que tanto tem provocado cassações”
  - d) “de utilização de instrumentos legais aptos para fazer cessar atos de campanha de adversários”
  - e) “de como articular as redes de entidades e movimentos sociais denominadas COMITÊS 9.840”

6. Assinale a alternativa em que haja um sinônimo possível para uma das palavras do texto.

- a) trouxe (2º parágrafo) – empregou
- b) eleitoral (2º parágrafo) – eleitoreiro
- c) estudo (3º parágrafo) – análise
- d) manual (4º parágrafo) – livro
- e) aptos (4º parágrafo) – prontos

7. Assinale a alternativa em que a expressão **não** contenha marcas de subjetividade.

- a) informações preciosas (2º parágrafo)
- b) preceitos éticos (4º parágrafo)
- c) gestado “nas ruas”. (5º parágrafo)
- d) contra essa chaga (5º parágrafo)
- e) formas tão aviltantes (7º parágrafo)

8. Assinale a alternativa em que a expressão preposicionada **não** seja exigida por um nome.

- a) sobre a breve história da Lei 9840. (2º parágrafo)
- b) em atos de compra de votos e uso eleitoral da máquina administrativa (2º parágrafo)
- c) Aos eleitores que tenham acesso a este trabalho (3º parágrafo)
- d) para seu estudo (3º parágrafo)
- e) contra a prática de corrupção eleitoral. (4º parágrafo)

9. Analise as afirmações sobre o emprego das preposições no texto.

- I. Em “pelos participantes” (3º parágrafo), a contração de preposição e artigo introduz um agente da passiva.
- II. Em “para os candidatos” (4º parágrafo), a preposição indica o alvo de uma ação.
- III. Em “para o conhecimento dessa lei que tanto tem provocado cassações” (4º parágrafo), a preposição indica finalidade.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a III.
- e) I, II, III.

10. O nexa “mas também” (último período – 5º parágrafo) estabelece relação de

- a) oposição.
- b) concessão.
- c) conclusão.
- d) adição.
- e) explicação.

11. O tempo verbal predominante no texto é

- a) futuro do pretérito do indicativo.
- b) futuro do presente do indicativo.
- c) presente do indicativo.
- d) pretérito imperfeito do subjuntivo.
- e) pretérito perfeito do indicativo.

12. No último parágrafo, o advérbio “aqui” tem como referente

- a) “mensagem principal”.
- b) “neste trabalho.”
- c) “Voto não tem preço, tem consequências”.
- d) “essa consciência”.
- e) “dentro dos limites das nossas atividades”.

**INSTRUÇÃO: AS QUESTÕES A SEGUIR REFEREM-SE À REDAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL.**

13. A **circular** é

- a) resumo escrito dos fatos e decisões de uma assembleia, sessão ou reunião para um determinado fim.
- b) correspondência tradicionalmente utilizada por empresas comerciais.
- c) correspondência por meio da qual alguém se dirige a várias repartições ou pessoas.
- d) ficha de registro de reunião.
- e) trabalho cuidadoso e exaustivo sobre determinado assunto.

14. O ato administrativo adicional cujo objetivo é confirmar ou corrigir dados emitidos em documento anterior é

- a) a apostila.
- b) o relatório.
- c) o ofício.
- d) o memorando.
- e) a ata.

15. O **aviso** pode ser uma comunicação

- I. direta.
- II. indireta.
- III. unidirecional.
- IV. multidirecional.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) I, II, III e IV.


## Noções de Informática

Para responder as questões de **informática** considere que os programas mencionados estão com a configuração padrão em português, e que possuem licença de uso, e que o mouse está configurado para destros, e ainda que um clique ou duplo clique correspondem ao botão esquerdo do mouse. Logo, os menus, submenus e teclas de atalho, possuem também a configuração padrão.

16. A tecla de atalho: CTRL+SHIFT+J, no programa Calc BrOffice 3.1, é utilizada para

- a) Justificar um documento
- b) Salvar um documento
- c) Abrir um arquivo
- d) Dividir o documento em colunas
- e) Visualizar tela inteira





17. O botão  do Internet Explorer 8 é chamado de:

- a) Parar
- b) Suspensão
- c) Verificar ortografia
- d) Favoritos
- e) Carregar

18. Assinale a alternativa que contém o nome dos íco-



nes:  e  respectivamente, localizados na barra de ferramentas padrão do programa Writer BrOffice 3.1.

- a) Auto-verificação ortográfica e Localizar e substituir
- b) Auto-verificação ortográfica e Pesquisar
- c) Auto-verificação ortográfica e Localização automática
- d) Ortografia e gramática e Localizar e substituir
- e) Ortografia e gramática e Pesquisar

19. Quais são os nomes dos campos, que poderão ser preenchidos no Outlook Express 6, a fim de enviar uma mensagem(e-mail)?

- a) Para, Ccp e Cci
- b) Para, Ccs e Ccw
- c) Para, Cc e Cco
- d) Para e Ddl
- e) Para e Fdr

20. Os recursos: Mapa do Documento e Miniaturas são visualizados em que menu do Microsoft Word 2007?

- a) Inserir
- b) Exibição
- c) Referências
- d) Correspondências
- e) Layout da Página

## Conhecimentos Específicos

21. Dos direitos sociais previstos na Constituição Federal, assinale aquele que **não** é direito fundamental dos trabalhadores.

- a) A proteção em face da automação, na forma da lei.
- b) A aposentadoria.
- c) O reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- d) A prestação social alternativa.
- e) A proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

22. Assinale a alternativa **correta**.

- a) A Constituição Brasileira poderá ser emendada mediante proposta do Conselho Nacional de Justiça.
- b) O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos segundo o princípio majoritário.
- c) Compete à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- d) Presidirá como Presidente do Senado, nos casos previstos nos incisos I e II do art. 52, quanto aos crimes de responsabilidade.
- e) Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

23. Constituem-se princípios constitucionais fundamentais da República Federativa do Brasil na administração pública:

- a) nacionalidade, cidadania, direitos individuais e políticos.
- b) legalidade, legitimidade e economicidade.
- c) publicidade, eficiência, moralidade, legalidade e impessoalidade.
- d) cidadania, soberania, pluralismo político.
- e) autonomia municipal, direitos da pessoa humana e regime democrático.

24. O filiado para desligar-se do partido político, uma vez procedida a comunicação ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for escrito, terá o prazo de \_\_\_\_\_ da entrega da comunicação, para tornar-se extinto o vínculo.

Conforme o que dispõe a Lei 9096/95, assinale a alternativa que completa **corretamente** a lacuna.

- a) 24 horas
- b) 2 dias
- c) 3 dias
- d) 5 dias
- e) 8 dias



25. Conforme o que prevê a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 21.538/2003, assinale a alternativa que **não** corresponde à respectiva legislação.
- Comunicada a perda de direitos políticos pelo Ministério da Justiça, a Corregedoria-Geral providenciará a imediata atualização da situação das inscrições no cadastro e na base de perda e suspensão de direitos políticos.
  - A regularização de situação eleitoral de pessoa com restrição de direitos políticos somente será possível mediante comprovação de haver cessado o impedimento.
  - A revisão do eleitorado deverá ser sempre presidida pelo juiz eleitoral da zona submetida à revisão.
  - Se o eleitor possuir mais de uma inscrição liberada ou regular no caderno de revisão, apenas uma delas poderá ser considerada revisada.
  - Para eleitor que se encontrar no exterior na data do pleito, o prazo ao eleitor que deixar de votar será 60 dias, contados do seu retorno ao país.
26. Da conceituação como sendo “pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei”, conforme a administrativista contemporânea Maria Sylvia Zanella Di Pietro (in Direito Administrativo, 22ª edição, Ed. Atlas, São Paulo: 2009) ela está a se referir às
- autarquias.
  - fundações.
  - sociedades de economia mista.
  - empresas públicas.
  - administrações diretas.
27. Dos atos administrativos em espécie são considerados:
- quanto ao conteúdo: o decreto, a portaria, a resolução, a circular, o despacho.
  - quanto à forma: o alvará, a autorização, a licença, a admissão.
  - quanto ao parecer e o visto são atos de controle.
  - quanto à aprovação e a homologação são atos enunciativos.
  - quanto à permissão são atos negociais.
28. Através de dimensões estruturais e culturais em relação à estruturação da máquina administrativa no Brasil, a partir de 1930, conforme Wagner Rabello: ‘Em decorrência do sufocante Estado patrimonial, da falta de qualificação técnica dos servidores, da crise econômica [...] e da difusão da teoria keynesiana – que pregava a intervenção do Estado na Economia –, o governo [...] resolve modernizar a máquina administrativa brasileira, através dos paradigmas burocráticos difundidos por Max Weber (modelo racional-legal). Refere-se a mudanças que ocorreram
- na administração paralela de JK.
  - da reforma militar.
  - na administração pública na nova Constituição.
  - na burocratização da Era Vargas.
  - no gerencialismo da Era FHC.
29. Assinale a alternativa **correta** em relação aos Orçamentos e de acordo com a Constituição Brasileira de 1988.
- O Poder Executivo publicará, até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
  - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
  - Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição de 1988, serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Senado Federal.
  - Os orçamentos previstos na Constituição de 1988, compatibilizados com a lei orçamentária anual, terão entre suas funções a de reduzir as desigualdades regionais.
  - Todas afirmações anteriores estão incorretas.
30. Dos requisitos básicos para a investidura em cargo público, **não** se inclui na Lei Federal 8.112/1993:
- o gozo dos direitos políticos.
  - a aptidão física e mental.
  - a nacionalidade brasileira.
  - a quitação com as obrigações militares e eleitorais.
  - a idade mínima de dezesseis anos.
31. Os prazos assinalados para os membros do TRE de Pernambuco, de acordo com o Regimento Interno do próprio Tribunal, são
- cinco dias para despachos.
  - dois dias para despachos.
  - cinco dias para exame dos processos de competência originária e recursal.
  - dois dias para exame dos processos de competência originária e recursal.
  - três dias para despachos.
32. Acerca do Decreto-Lei nº 4.657/42 (Lei de Introdução ao Código Civil), assinale a alternativa **correta**.
- A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes modifica a lei anterior.
  - Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
  - Chama-se caso julgado a ação em que já foi proferida sentença de mérito.
  - Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira somente quanto aos impedimentos dirimentes.
  - As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que estiver localizada a sede da organização.

33. Considere as afirmações que seguem acerca do que prevê o Código de Processo Civil:

- I. Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaiando o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.
- II. É competente o foro do domicílio do devedor, para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos; do lugar onde se acha a agência ou sucursal, quanto às obrigações que ela contraiu; do lugar onde exerce a sua atividade principal, para a ação em que for ré a sociedade, que carece de personalidade jurídica; do lugar do ato ou fato para a ação em que for réu o administrador ou gestor de negócios alheios.
- III. O juiz da causa principal é também competente para a reconvenção, a ação declaratória incidente, as ações de garantia e outras que respeitam ao terceiro interveniente.
- IV. A competência em razão da matéria e da hierarquia é inderrogável por convenção das partes; mas estas podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Somente a I e a II.
- b) Somente a II e a III.
- c) Somente a I, a III e a IV.
- d) Somente a IV.
- e) Todas.

34. Acerca dos Crimes contra a Administração Pública considere a alternativa **correta**.

- a) Peculato é exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- b) Corrupção ativa é o funcionário público solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- c) Prevaricação é retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal
- d) Corrupção passiva é oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
- e) Tráfico de influência é importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.

35. A prisão preventiva poderá ser decretada em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal quando presente o(s) requisito (s) previsto(s) em lei, salvo:

- a) garantia da ordem pública, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- b) garantia da ordem econômica, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- c) por conveniência da instrução criminal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- d) para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- e) para assegurar a integralidade e a segurança do acusado, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

36. A doutrina trouxe a classificação de direitos fundamentais, baseando-se na ordem histórica cronológica em que passaram a ser constitucionalmente reconhecidos. Assim:

- I. os direitos de primeira geração são os direitos civis e políticos, que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais, surgidos institucionalmente a partir da Magna Carta.
- II. os direitos de segunda geração são chamados de direitos de solidariedade ou fraternidade, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado.
- III. os direitos de terceira geração são identificados como direitos econômicos, sociais e culturais, surgidos no início do século, ou sejam, as liberdades positivas, reais ou concretas.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a II e a III.
- e) I, II e III.

37. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) São órgãos da Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.
- b) Lei Complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos Juízes de direitos e das Juntas eleitorais.
- c) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de cinco membros.
- d) São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral salvo as que contrariarem a Constituição e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.
- e) O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

38. Conforme a Lei 9096/95 e posteriores, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Só pode filiar-se a partido político o eleitor que estiver no pleno gozo de seus direitos políticos.
- b) Considera-se deferida, para todos os efeitos, a filiação partidária, com o atendimento das regras estatutárias do partido.
- c) É obrigatório ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária, com vistas a candidatura a cargos eletivos, exceto aos casos superiores previstos na lei.
- d) Os prazos de filiação partidária, fixados no estatuto do partido, com vistas a candidatura a cargos eletivos, não podem ser alterados no ano da eleição.
- e) O partido político está obrigado a enviar, anualmente, à justiça eleitoral, o balanço contábil do exercício findo, até o dia 30 de abril do ano seguinte.

39. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até \_\_\_\_\_ por cento do número de lugares a preencher.

Conforme o que dispõe a Lei 9504/97, assinale a alternativa que completa **corretamente** a lacuna.

- a) cem
- b) cento e cinquenta
- c) cento e oitenta
- d) noventa
- e) cento e vinte

40. Assinale a alternativa **correta**.

- a) É da competência do Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente a ação rescisória, nos casos de inelegibilidade, desde que intentada dentro de cento e vinte dias de decisão irreversível, possibilitando-se o exercício do mandato eletivo até o seu trânsito em julgado.
- b) Na composição dos Tribunais Regionais Eleitorais a lista tripartite organizada pelo Tribunal de Justiça não poderá conter nome de magistrado aposentado há menos de 5 anos.
- c) É da competência dos Tribunais Regionais Eleitorais processar e julgar originariamente os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos pelos juízes eleitorais em 60 dias da sua conclusão para julgamento, sem prejuízo das sanções aplicadas pelo excesso de prazos.
- d) É da competência dos Tribunais Regionais Eleitorais processar e julgar originariamente das decisões dos juízes eleitorais que concederem *habeas corpus*, mandado de injunção, *habeas data* ou mandado de segurança.
- e) Todas alternativas anteriores estão corretas.

41. São atributos do ato administrativo:

- a) a presunção de legitimidade ou de veracidade, a imperatividade, a executoriedade e a autoexecutoriedade, também consideradas as verdadeiras prerrogativas do poder público.
- b) agente, forma, objeto, motivo e fim.
- c) agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei.
- d) competência, forma, objetivo, motivo e finalidade.
- e) sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade.

42. O art. 37, XXI da Constituição, ao exigir licitação para os contratos ali mencionados, ressalva 'os casos especificados na legislação'. Já a Lei 8666/93 prevê os casos de dispensa e os de inexigibilidade. Assim, assinale a alternativa **correta**.

- a) Na dispensa de licitação não há possibilidade de competição.
- b) Na inexigibilidade de licitação há possibilidade de competição.
- c) São hipóteses da dispensa de licitação os casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- d) É hipótese em que há inviabilidade de competição, sem excluir outras, torna-se inexigível para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário. Exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- e) É inexigível a licitação nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.

43. Conforme o filósofo Aristóteles (384-322 a.C.) 'só fazemos melhor aquilo que repetidamente insistimos em melhorar. A busca da excelência não deve ser um objetivo, sim um hábito'. Esta frase está a se referir que

- a) a chave da eficácia encontra-se na redução das atividades-meios e na eliminação das formalidades que não agregam valores às atividades-fins.
- b) a excelência dos serviços públicos é encontrada, principalmente nos transportes e na segurança pública, onde é a melhor das estratégias para reduzir à vergonhosa desigualdade social.
- c) os profissionais de Recursos Humanos, dos órgãos públicos, não necessitam de uma melhoria de qualidade, para o aumento da produtividade.
- d) a burocracia no serviço público não é considerada como fator que mais provoca perda de produtividade.
- e) a qualidade das instituições públicas afeta a competitividade do Brasil; a principal missão do Estado é dar condições estruturais favoráveis tão somente à uma melhor organização política.

44. A repartição dos limites globais previstos pela Lei Complementar 101/2000 **não** poderá exceder o seguinte percentual da receita corrente líquida da esfera federal, referente à despesa total com pessoal:
- a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União.
  - b) 65% (sessenta e cinco por cento) para a União.
  - c) 60% (sessenta por cento) para a União.
  - d) 6% (seis por cento) para o Judiciário.
  - e) 44% (quarenta e quatro por cento) para o Executivo.
45. Assinale a alternativa **incorreta**, face à previsão da Lei 8.112/93 e posteriores.
- a) A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á: I - a juízo da autoridade competente e, II - a pedido do próprio servidor.
  - b) A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.
  - c) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar três (3) anos de efetivo exercício.
  - d) Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
  - e) É de quinze (15) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
46. Dos Processos do Tribunal, o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco concederá mandado de injunção:
- a) para a retificação de dados.
  - b) para conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante.
  - c) para proteger direito líquido e certo em matéria eleitoral.
  - d) sempre que a norma regulamentadora torne inviável a organização e o exercício dos direitos políticos, principalmente os de votar e ser votado.
  - e) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, em matéria eleitoral.
47. Assinale a alternativa **incorreta** sobre o que prevê o Código Civil vigente.
- a) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
  - b) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
  - c) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou na capital do último estado brasileiro onde o teve.
  - d) Não perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
  - e) Contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente.
48. Quais dos recursos abaixo estão previstos no Código de Processo Civil?
- a) Agravo, apelação, embargos de declaração, recurso especial e recurso em sentido estrito.
  - b) Agravo, apelação, embargos de declaração, embargos infringentes, embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário.
  - c) Agravo, apelação, embargos infringentes, embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário e, ainda, protesto.
  - d) Agravo, apelação, embargos infringentes, embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário e, ainda, carta testemunhável.
  - e) Agravo, apelação, embargos infringentes, embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário e, ainda, recurso de revista.
49. Nos termos do Código Penal, assinale a alternativa **incorreta**.
- a) Trata-se de furto qualificado quando o crime de furto é cometido com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
  - b) O furto de coisa comum somente se procede mediante representação.
  - c) O crime de dano qualificado por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima somente se procede mediante queixa.
  - d) Incorre nas mesmas penas do estelionato quem vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria.
  - e) Adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso, não podendo o juiz deixar de aplicar a pena, independentemente de ser tratar de criminoso primário.



50. Sobre o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos considere as afirmações que seguem:

- I. Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- II. O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- III. Os crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas.
- IV. A resposta escrita não poderá ser instruída com documentos e outros meios de provas, uma vez que não iniciada a fase probatória.

Quais estão **corretas**?

- a) Somente a I, a II e a III.
- b) Somente a II, a III e a IV.
- c) Somente a I, a II e a IV.
- d) Somente a II e a III.
- e) Todas.

### **Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais**

51. Das Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Num processo disciplinar, a sindicância poderá resultar: arquivamento do processo, aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 dias, instauração de processo disciplinar.
- b) O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.
- c) A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.
- d) No prazo de 15 dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.
- e) O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

52. Do regime disciplinar, conforme a Lei 8.112/90, assinale a alternativa **correta**.

- a) A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.
- b) O servidor responde somente administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- c) As sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- d) São penalidades disciplinares: a censura, a repreensão, a multa, a exoneração e a cassação.
- e) O ato de imposição da penalidade mencionará sempre apenas o fundamento legal.

53. Assinale a alternativa **incorreta**, porquanto tal disposição contraria a Lei 8.112/90, quanto à forma de provimento:

- a) Readaptação.
- b) Transferência.
- c) Reversão.
- d) Reintegração.
- e) Recondução.

54. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo disciplinar.
- b) A revisão de processo disciplinar correrá em autos apartados ao processo originário.
- c) A comissão revisora do processo disciplinar terá 90 dias para a conclusão dos trabalhos.
- d) O prazo do julgamento da revisão do processo será de 30 dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.
- e) Da revisão do processo poderá resultar agravamento de penalidade.

55. Dos direitos e vantagens asseguradas ao servidor público, conforme a Lei 8.112/90, assinale a alternativa **correta**.

- a) Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- b) Vencimento é a remuneração do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- c) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de noventa (90) dias.
- d) O vencimento, a remuneração e o provento poderão ser objeto de arresto, seqüestro, confisco ou penhora.
- e) O auxílio-moradia não será concedido por prazo superior a 8 (oito) anos dentro de cada período de 12 (doze) anos.

## Regimento Interno do TRE - PE

56. Não é considerado feriado no Tribunal Regional Eleitoral, em Pernambuco, exceto outros fixados em lei:

- a) primeiro de maio, vinte e quatro de junho e oito de dezembro.
- b) onze de agosto, doze de outubro, quinze de novembro.
- c) sete de janeiro, seis de março e dezesseis de julho.
- d) vinte e oito de outubro, primeiro e dois de novembro.
- e) todas alternativas são consideradas feriados.

57. Sobre o Regimento Interno do TRE-PE, analise os itens a seguir e marque com um **V**, se a assertiva for **Verdadeira**, e com **F** se for **Falsa**. Ao final, assinale a opção correspondente à sequência **correta** de letras, de cima para baixo.

- ( ) Qualquer partido político, coligação, candidato ou o Ministério Público Eleitoral poderá representar ao corregedor regional eleitoral, relatando fatos e indicado provas, indícios e circunstâncias, pedindo a abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico ou do poder de autoridade, utilização indevida veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o rito do art. 22 da Lei Complementar nº 64/90 e demais disposições da legislação pertinente.
- ( ) Caberá ao Tribunal o julgamento da ação de impugnação de mandato eletivo nas eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador.
- ( ) O Tribunal concederá mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável a organização e o exercícios dos direitos políticos, principalmente os de votar e ser votado.
- ( ) Os autos de processos que tramitam em segredo de justiça podem ser examinados, em secretaria, por qualquer interessado.

- a) F, V, V, F
- b) V, F, F, V
- c) F, V, F, V
- d) V, F, V, F
- e) V, V, F, F

58. Conforme o Regimento Interno do TRE-PE, o Tribunal solicitará ao Tribunal de Justiça, no ano que em houver eleições, a suspensão de afastamentos e gozo de férias dos juízes com jurisdição eleitoral a partir de \_\_\_\_\_ dias antes do pleito até: a) a diplomação dos eleitos, quando as eleições forem \_\_\_\_\_; b) dez dias após o encerramento da apuração, quando as eleições forem \_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que preenche a alternativa que preenche **correta** e respectivamente as lacunas.

- a) 100 – municipais – gerais
- b) 120 – gerais – municipais
- c) 140 – gerais – municipais
- d) 160 – municipais – gerais
- e) 180 – municipais – gerais

59. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Caberá agravo regimental, com efeito suspensivo, contra qualquer decisão do presidente, do corregedor ou do relator, no prazo de vinte e quatro horas.
- b) Os embargos de declaração serão opostos dentro de três dias, contados da data da publicação do acórdão, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto obscuro, contraditório ou omissão.
- c) Caberá recurso especial para o tribunal superior eleitoral quando versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diploma nas eleições federais e estaduais.
- d) Caberá recurso ordinário quando ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.
- e) Das decisões finais condenatórias ou absolutórias, caberá no prazo de quinze dias recurso ao tribunal, aplicando-se o procedimento para o julgamento de apelação criminal.

60. Não constitui-se competência do Presidente da Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco:

- a) rubricar os livros necessários ao expediente do Tribunal.
- b) constituir comissões permanentes ou temporárias, inclusive processantes, que não dependam de deliberação do Tribunal.
- c) presidir a comissão apuradora e totalizadora nas eleições gerais.
- d) encaminhar a prestação de contas do Tribunal de Contas da União.
- e) autorizar a prestação de serviços extraordinários.

# Instruções para a Prova Discursiva

## PROPOSTA

Redija um texto dissertativo apresentando argumentos que demonstrem sua posição quanto ao tema sugerido, qual seja:

Desrespeito do princípio da moralidade pela administração pública no âmbito eleitoral

A Prova Discursiva deve versar sobre aspectos do direito eleitoral, buscando:

- a) informações literais e inferências possíveis; ponto de vista do candidato.
- b) utilização e emprego da legislação correspondente à questão sugerida.

## INSTRUÇÕES

Para concorrer à totalidade da nota, seu texto deverá

- a) ser dissertativo;
- b) ter um título;
- c) ter no máximo 30 linhas;
- d) demonstrar conhecimento do tema;
- e) demonstrar capacidade de expressão na modalidade escrita;
- f) utilizar as normas do registro formal culto da Língua Portuguesa;
- g) ser escrito a caneta, com letra legível de tamanho regular.

Seu texto receberá nota **zero** se

- a) não obedecer ao tipo de texto proposto;
- b) fugir ao tema;
- c) não obedecer ao limite de linhas;
- d) estiver a lápis.
- e) tiver algum sinal que possa identificar o candidato.

[illegible]